

# Dívida: visão lúcida de parlamentares americanos

Não foram poucos os analistas brasileiros que salientaram as dificuldades adicionais que o Brasil poderia encontrar no relacionamento com os Estados Unidos, com a vitória dos democratas nas últimas eleições americanas, dando a seu partido a maioria no Senado, o que lhe possibilitou o controle de todo o Congresso. Isto porque, historicamente, os democratas são conhecidos por suas tendências protecionistas, mais acentuadas do que as dos republicanos.

Se isso é verdade, convém não esquecer que os democratas, muitas vezes identificados com o populismo e menos ligados à alta finança, são tradicionalmente mais abertos a soluções novas para os problemas econômicos. E, como se verifica pelo artigo publicado pelo *The New York Times* no último domingo, subscrito por dois próceres do Partido Democrata, o senador Paul S. Sarbanes e o deputado David R. Obey, idéias criativas, de largo alcance, podem ser inspiradas pelas suas próprias inclinações protecionistas. Sarbanes e Obey propuseram que os governos dos países industrializados apóiem a criação de

um novo mecanismo, no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI), para comprar dos bancos comerciais parcelas das dívidas dos países em desenvolvimento, refinanciando-as a mais longo prazo, em condições mais favoráveis.

A sugestão dos dois parlamentares é endereçada, explicitamente, à resolução do astronômico déficit comercial dos Estados Unidos, que, em seu entender, criou uma situação hoje insustentável. "Tratar do déficit e recolocar a nossa economia em bases sólidas", escreveram os parlamentares, "deve ser, portanto, uma alta prioridade do Congresso. A restauração do crescimento da demanda mundial por nossos produtos está no centro desse esforço. A melhor forma de alcançar esse objetivo é tratar da dívida do Terceiro Mundo, que continua a deprimir os mercados para produtos americanos e a destruir empregos nos EUA."

O artigo endossa a posição defendida pelos países em desenvolvimento, que têm insistido em que são obrigados a manter os seus mercados artificialmente fechados para poderem gerar os supe-

rávits comerciais necessários para atender ao pagamento dos encargos sobre suas vultosas dívidas externas. Em suma, não importam mais porque não podem, não porque não querem. O atual governo brasileiro, por exemplo, admite sem rebuços que a economia não poderá crescer 7% ao ano de ora em diante, como o presidente Sarney fixou como meta, gerando todos os anos elevadíssimos saldos comerciais, da ordem de US\$ 12 bilhões, para remunerar a dívida externa. Um alívio no pagamento dos encargos sobre a dívida deve significar, necessariamente, mais importações, como o desenvolvimento nacional requer.

Embora dezenas de propostas já tenham sido apresentadas para equacionar a crise do endividamento, a de Sarbanes e de Obey não pode ser desclassificada como "mais uma". Obey é o atual presidente da Comissão Conjunta de Economia do Congresso e deverá ser sucedido, na abertura da próxima sessão legislativa, justamente por Sarbanes. A implementação de seu plano, porém, não depende apenas dos EUA; ela exigiria complexas negociações inter-

nacionais, uma vez que se prevê que o fundo de refinanciamento de dívidas seria bancado pelo Japão e pela República Federal da Alemanha, os países que acumularam fabulosos superávits comerciais nos últimos anos. A justificativa é de que, a exemplo do que ocorreu em 1975, quando foi instituída a "oil facility" pelo FMI, uma reciclagem de recursos é hoje tão essencial quanto o foi no primeiro choque do petróleo.

Se a sugestão prosperará ou não, é impossível dizer. Fica patente, porém, que eminentes representantes do majoritário partido nos Estados Unidos reconhecem que a crise da dívida não pode ser resolvida pelos mecanismos de mercado. Para a administração Reagan, a criação do Plano Baker representou um avanço, é verdade, mas está claro que a conjuntura internacional exige iniciativas de escopo muito mais amplo. Afinal, não é apenas a resolução do déficit comercial americano que está em jogo, mas também o futuro do comércio mundial, se não for equacionado o problema da dívida dos países em desenvolvimento.